

A BNCC E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA<sup>1</sup>

## BNCC AND PHYSICAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION

## BNCC Y LA EDUCACIÓN FÍSICA EM LA EDUCACIÓN BÁSICA

Raiana de Oliveira Almeida, Universidade Federal do Pará (UFPA),

[raianaoliveira.1994@gmail.com](mailto:raianaoliveira.1994@gmail.com)

Margarida do Espírito Santo Cunha Gordo, Universidade Federal do Pará (UFPA),

[margaridagordo@yahoo.com.br](mailto:margaridagordo@yahoo.com.br)

## RESUMO

*O objetivo deste trabalho foi identificar os impactos ocasionados pela BNCC à Educação Física Escolar. Esta pesquisa de base qualitativa fez uso da revisão bibliográfica, pesquisa documental e questionário com os professores de Educação Física da Escola de Aplicação da UFPA. Utilizamos a análise de conteúdo, cujos resultados nos levaram a inferir que há um cenário de disputas de concepções que vão para além do currículo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC; Educação básica; Educação Física.

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta de um currículo na escola é um debate que remonta o início do século XX com o modelo fabril de Bobbitt. O modelo tinha como marco a eficiência, a formação em série de trabalhadores e a modelagem de um produto para atender as necessidades e perspectivas da sociedade. A partir de 1960 se iniciou uma série de pensamentos contrários à teoria tradicional do currículo. O movimento foi conhecido como a teoria crítica do currículo (SILVA, 2011). Assim, vários teóricos fizeram frente a esse movimento como Althusser, com a teoria da reprodução social e Bourdieu e Passeron, com a teoria do capital cultural, a qual explica que a escola contribui para a manutenção do *status quo* (SETTON, 2005, p. 80-81). Outra teoria que vem se consolidando é a pós-crítica, trazendo como foco a diferença e a identidade, tendo como pano de fundo o multiculturalismo (SILVA, 2011, p. 85).

---

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Diante disso, devemos compreender que “em cada fase histórica, corporifica-se uma significação de currículo que lhe dá forma a partir das concepções das políticas públicas relativas aos modelos econômico, social, educacional e cultural” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 3).

A BNCC é fruto de uma série de legislações como a Constituição Federal em seu artigo 210 que prevê a fixação de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, p. 109); a LDB/96 em seu artigo 9 e inciso IV que define o estabelecimento “em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996) e os princípios de metas e estratégias para a educação básica que se encontra disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE). Dentro do PNE, a BNCC corresponde à meta de número sete, tendo como objetivo fomentar a qualidade da educação básica para atingir médias nacionais exigidas pelo IDEB e, também

[...] estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos a cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (PEREIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Uma das questões conflitantes que levantamos é: como será respeitada essa diversidade se o viés homogeneizador está presente nessa proposta de currículo? Outrossim, a BNCC não deveria ser definida como representação única e exclusiva do currículo. A sua implantação pode ser considerada para legitimar os interesses dominantes.

Nesse contexto, contrária à construção externa a qual se deu a proposta da BNCC, avaliamos sua necessária origem fixada nas bases da escola básica, processo este, por sua vez, não fomentado. Além disso, a aprovação da BNCC para o Ensino Fundamental ocorreu e vem ocorrendo em meio a um governo sem legitimidade. Para seus idealizadores a BNCC é considerada como estratégia educacional para redução das desigualdades do ensino.

Embora o assunto da BNCC tenha gerado polêmica e discussão em espaços diversos de produções científicas, conforme estudos de autores como Cury (2014), Macedo (2014) a

temática não é nova. Cury (2014, p. 57) analisa que a ideia de currículo nacional, pensado enquanto coesão nacional, “tem história junto à história das políticas educacionais no Brasil”. Diante disso, o objetivo desse estudo é analisar e compreender de que forma a BNCC irá reger a Educação Básica na Escola de Aplicação da UFPA.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo possui abordagem qualitativa, associada à interpretação do fenômeno pesquisado com vista à sua interpretação e decodificação (NEVES, 1996) e utiliza a análise de conteúdo (BARDIN, 2009) como técnica para análise dos dados.

A priori foi realizado um estudo de cunho bibliográfico a fim de mapear o que está sendo discutido sobre a BNCC. Posteriormente, aplicou-se questionário com três docentes de Educação Física da Escola de Aplicação da UFPA com o intuito de identificar o nível de conhecimento sobre a BNCC. Seguindo os princípios éticos encaminhamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Física é uma das quatro disciplinas que constituem a área de conhecimento de Linguagens. O documento determina seis unidades temáticas: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura (BRASIL, 2017). A Educação Física, entendida como linguagem tem como propósito contribuir para a constituição da subjetividade humana. Seus objetivos visam: compreender a origem e a dinâmica das práticas sociais que constituem a cultura corporal de movimento, vivenciar e desfrutar das práticas corporais, bem como ser capaz de utilizar as práticas corporais no momento de lazer e cuidados com a saúde e reivindicar as condições necessárias para essas práticas.

É certo que todos os povos se movimentam, caminham, correm ou praticam esportes, mas também se relacionam. Nesse sentido, o conceito de cultura de movimento refere-se às relações existentes entre essas formas de se movimentar e a compreensão de corpo de uma determinada sociedade, comunidade, de uma cultura (MENDES; NÓBREGA, 2009).

São muitas as críticas em torno da cultura corporal na BNCC. Moreira et al. (2016, p. 68) citam algumas contradições como a exacerbada preocupação com a técnica dos

movimentos em detrimento do conhecimento da realidade e do que está no entorno de determinado objeto estudado. Ressaltam a importância do aprendizado da técnica, mas que este não deve estar desacoplado do processo reflexivo. Pois, entendem que a cultura corporal “não é apenas uma linguagem corporal, mas um campo de conhecimento específico e por isso, precisa ser contemplado em suas particularidades”.

Os conteúdos à Educação Física estabelecidos pela BNCC no Ensino Fundamental ficaram assim divididos: bloco um do Fundamental Séries Iniciais será constituído por brincadeiras e jogos da cultura popular comunitária e regional; esportes de marca e precisão; ginástica geral e danças no contexto comunitário e regional, excluindo lutas e práticas corporais de aventura. No bloco dois, foram privilegiadas as brincadeiras e jogos populares no contexto nacional, mundial e de matriz indígena e africana; os esportes de campo e taco, de rede/parede e de invasão; a ginástica geral; as danças no contexto nacional, mundial e de matriz indígena e africana; as lutas no contexto comunitário e regional e de matriz indígena e africana, excluindo as práticas corporais de aventura (BRASIL, 2018).

No bloco um, do Ensino Fundamental Séries Finais, 6º e 7º anos, no que diz respeito a brincadeiras e jogos, o conteúdo a ser trabalhado será os jogos eletrônicos; os esportes serão de marca, de precisão, de invasão e técnico-combinatórios; a ginástica será de condicionamento físico; as danças urbanas; as lutas no contexto brasileiro e as práticas corporais de aventura urbanas. Já no bloco dois, 8º e 9º anos foram excluídos jogos e brincadeiras; os esportes de rede/parede, de campo e taco, de invasão e de combate; a ginástica será de condicionamento físico e de conscientização corporal; as danças de salão; as lutas no contexto mundial e as práticas corporais de aventura na natureza (BRASIL, 2018, p. 229).

Moreira et al. (2016) questionam cada conteúdo proposto, como por exemplo ao vincularem a Ginástica com a Ginástica Geral, não deixando claro que esta é apenas uma parte das várias modalidades que compõem o conteúdo Ginástica.

Quanto ao questionário, sobre *o conhecimento da BNCC*, os docentes 1 e 2 alegaram haver pouco conhecimento sobre o documento em si, e o 3 afirmou que conhece o documento, porém, foi percebido que os docentes trazem leituras rasas sobre o tema vigente, não havendo uma argumentação apropriada do tema.

Em relação à *aplicação da BNCC em suas aulas*, os que afirmaram conhecer pouco o documento, não aplicam a BNCC na escola, e seus principais argumentos são de que é um documento ainda a ser discutido e que é algo padronizado, no qual fragmenta disciplinas e as hierarquiza. Quanto a *autonomia do professor*, os docentes 1 e 2 tem opiniões parecidas, nas quais acreditam que interfere diretamente na sua autonomia e metodologia do professor na sala de aula, como podemos visualizar na resposta *"esta base retira a autonomia do professor. Primeiro por ser uma proposta que vem atrelada as políticas dos organismos internacionais, regularizando o ensino dos professores e consolidando as políticas meritocráticas das avaliações"* (DOCENTE 1).

Moreira et al. (2016) temem que a Educação Física abarcada pelas linguagens possa tornar-se apenas um acessório ou uma complementação para o principal componente curricular desse agrupamento, que é a Língua Portuguesa, pois ressaltam que as avaliações dos indicadores da educação brasileira tem como foco somente a Língua Portuguesa e a Matemática. Acreditam ainda que o espaço da Educação Física e dos demais componentes curriculares da linguagem, como a Arte e as Línguas Estrangeiras tendem a comprimir-se.

Alves (2014, p. 1468) questiona se o país precisa de uma Base Nacional Comum, já que "[...] sua necessidade efetiva vem sendo questionada pela maioria dos que estudam currículo [...]" por correr o risco de uma "construção importada" de outros países, sem tempo hábil de levar em consideração o contexto em que seriam executadas essas orientações curriculares.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa cujo objetivo foi identificar os impactos da BNCC na Educação Física na Escola de Aplicação da UFPA, teve dificuldades em conseguir alcançar seus resultados, haja vista a mesma ainda não ter sido implementada na referida escola. Porém, identificamos que os três docentes que responderam ao questionário, possuem um conhecimento sucinto da BNCC, insuficiente para aplicar em suas aulas e para sustentarem sua argumentação.

A educação tem perpassado por anos de luta pela equidade no ensino e aprendizagem, pela autonomia do professor e da escola, por um ensino de qualidade, por um currículo que atenda e respeite a realidade dos alunos, dentre tantas outras batalhas que se trava a cada dia.

Vimos neste documento uma fragilidade em sua concepção, pelo fato de ter sido organizado e pensado por um grupo que trabalha em prol da manutenção do *status quo*.

Desta forma nos posicionamos contrários à hierarquização da elaboração da BNCC, por acreditarmos na importância do amplo debate envolvendo a comunidade escolar, a academia e demais segmentos da sociedade, pois para além de se impor um currículo é imprescindível que as condições para sua aplicação estejam planejadas e possíveis de se efetivarem em condição de equidade. Assim, propomos a luta constante pela escola pública, por currículos que respeitem nosso lugar. Que este texto nos possibilite a construir nossa identidade.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVES, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. *Revista E-curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, 2004.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: [www.planalto.com.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.com.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso: 15/07/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso: 11/05/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017*. Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf)>. Acesso: 13/07/2018.

CURY, C. R. J. A lei de diretrizes e bases da educação nacional e a base nacional comum. In: BRZEZINSKI, I. (Org.) *LDB 1996 Contemporânea: contradições, tensões e compromissos*. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *Revista E-curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MENDES, T. I. B. S.; NOBREGA, T. P. Cultura de movimento: reflexões a partir da relação entre corpo, natureza e cultura. *Revista Pensar a Prática*, Goiás, v. 12, n. 2, p. 1-10, 2009.

MOREIRA, L. R. et al. Apreciação da base nacional comum curricular e a educação física em foco. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

PEREIRA, F. de B.; OLIVEIRA, I. B. Ponderações ao currículo mínimo da rede estadual do Rio de Janeiro: uma contribuição ao debate em torno da base comum nacional. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1669-1692, out/dez, 2014.

SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultural informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan/abril, 2005.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.